

FICHA TÉCNICA Nº 4

CUSTOS DE PERITOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Aprovada no dia 13/07/2020 por consulta escrita ao Comité de Acompanhamento. **Estas regras de elegibilidade serão aplicáveis a todas as validações assinadas pelas entidades beneficiárias a partir do dia 1 de agosto de 2020 (inclusive).**

1. DEFINIÇÃO

Os Custos de peritos e serviços externos correspondem aos serviços e conhecimentos profissionais prestados por organismos de direito público ou privado ou por pessoas singulares diferentes do beneficiário do projecto.

Esta categoria inclui as faturas emitidas baseando-se nos contratos ou acordos escritos para a realização de determinadas atividades do projeto, e diretamente vinculadas ao mesmo.

2. PRINCÍPIOS GERAIS

- ✓ As entidades beneficiárias dos projetos devem **participar de uma maneira ativa** na execução das atividades aprovadas, o que significa que só poderão contratar as atividades que não possam ser realizadas pela própria entidade ou cuja realização por terceiros resulte mais transparente e/ou económica.
- ✓ Cada um dos beneficiários é responsável por garantir o cumprimento e a aplicação das **regras de contratação** que sejam aplicáveis. Deverá sempre cumprir com o estabelecido no ponto "F. Legislação aplicável em matéria de contratação pública da ficha 00_Regras_Elegibilidade"
- ✓ Não é permitida a **contratação entre beneficiários** de um projeto.
- ✓ Não é permitida a contratação de trabalhadores(as) de alguma das entidades beneficiárias do projecto como prestadores de serviços de profissionais externos e assessoria.

3. REGRAS ESPECÍFICAS DA CATEGORIA DE DESPESA

- .As contratações de peritos e serviços relacionados com auditorias, controlos e informação, comunicação e visibilidade, devem estar incluídos nesta categoria de despesa.
- Os custos de peritos e serviços externos vinculados ao investimento em infraestrutura devem estar incluídos nesta categoria de despesa.

4. PISTA DE AUDITORIA

Para efeitos de controlo, os documentos justificativos dos serviços externos exigidos para constituir a **pista de auditoria** são:

- ✓ Expediente de contratação completo, de acordo com a normativa aplicável.

- ✓ No caso de entidades sujeitas a instruções de contratação internas, o expediente de contratação incluirá a documentação que esteja estabelecida nas suas normas de contratação.
- ✓ Contrato completo ou acordo por escrito em que devem figurar os serviços que serão prestados, assim como uma referência clara ao projeto. No caso dos contratos com peritos pagos sobre a base de uma tarifa diária, deve figurar a tarifa diária junto dos números de dias contratados e o montante total do contrato. Qualquer alteração ao contrato deve cumprir com as regras de contratação pública e deve estar devidamente documentado.
- ✓ Fatura com toda a informação pertinente de acordo com as regras de contabilidade aplicáveis.
- ✓ Evidência do trabalho realizado.
- ✓ Documento contabilístico do pagamento da fatura.
- ✓ Instruções para a contratação interna, nos casos em que a entidade não esteja sujeita às regras de contratação pública

5. CUSTOS DE PERITOS E SERVIÇOS EXTERNOS ELEGÍVEIS

- Despesas de infraestruturas
- Estudos: avaliações, estratégias, planos e manuais, etc.
- Inquéritos externos
- Avaliações de impacto ambiental e estudos de viabilidade de um investimento
- Formação
- Traduções e interpretações
- Criação, alterações e atualizações do sítio web
- Desenvolvimento, alterações e atualizações dos sistemas de informação
- Consultorias de sistemas
- Promoção, comunicação, publicidade ou informação
- Desenho, edição, impressões e distribuição de guias, folhetos, publicações, bolsas, etc., do projeto
- Publicação de artigos de promoção na imprensa
- Organização e execução de eventos e reuniões: alugueres, catering, serviços de interpretação, seguros, etc.
- Participação em eventos: despesas de inscrição.
- Assistência técnica para a coordenação e gestão financeira do projeto
- Serviços notariais e de assessoria jurídica que estejam diretamente relacionados com a operação e que sejam necessários.
- Serviços de consultoria e de contabilidade que estejam diretamente relacionados com a operação e que sejam necessários.
- Direitos de propriedade intelectual
- Controlo e auditoria do projeto (controlos de primeiro e segundo nível)
- Garantias bancárias ou de outra instituição financeira, sempre que forem exigidas pela legislação.
- Deslocação e alojamento dos peritos externos, oradores, autoridades etc.